

# Relatório de CPI naufraga, mas acirra crise entre poderes

Indiciamento de ministros do STF por Alessandro Vieira agrava tensão

Por Beatriz Matos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado chegou ao seu momento mais esperado — e também mais controverso — com a rejeição do relatório final por 6 votos a 4. O documento, com mais de 200 páginas, propunha o indiciamento de três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), além do procurador-geral da República (PGR).

A derrota do texto, no entanto, já era considerada provável nos bastidores. Desde a apresentação do relatório pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), o ambiente político indicava dificuldade de construção de maioria, sobretudo diante do impacto institucional que os pedidos de indiciamento poderiam gerar.

## Indiciamentos

O ponto mais sensível do relatório foi justamente o que acabou dominando o debate político: o pedido de indiciamento de autoridades da Suprema Corte, do sistema de Justiça que justamente, pelo menos em tese, pune o crime organizado. O texto propunha responsabilizar, por crimes de responsabilidade, os ministros do STF Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, além do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

A iniciativa foi imediatamente rechaçada dentro do próprio Supremo. Integrantes da Corte classificaram o movimento como político e fora do escopo da comissão. Em nota pública, Gilmar Mendes afirmou que o indiciamento de ministros por uma CPI seria inconstitucional.

## Reação

A reação do Supremo Tribunal Federal surgiu ao fim do dia. Em nota oficial, a Presidência da Corte repudiou “de forma enfática” a inclusão dos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes no relatório da CPI, classificando a medida como indevida.

O texto afirma que comissões parlamentares são instrumentos legítimos de fiscalização, mas ressalta que devem respeitar “os limites constitucionais e a pertinência temática”. Segundo a Corte, eventuais desvios de finalidade “enfraquecem os pilares democráticos e ameaçam os direitos fundamentais”.

A nota também reforça a necessidade de respeito à independência entre os Poderes e afirma



Lula Marques/Agência Brasil.

O polêmico relatório de Alessandro Vieira acabou rejeitado pelos integrantes da CPI

que o Supremo seguirá atuando “na missão de guardar a Constituição e proteger as liberdades democráticas”, além de manifestar solidariedade aos ministros citados.

## Toffoli

Entre os alvos do relatório, o ministro Dias Toffoli fez a reação mais dura. Durante sessão no Supremo, ele classificou o documento como uma “excrescência” e afirmou que o conteúdo não tem base jurídica nem factual.

“Relatório completamente infundado, sem base jurídica, sem base em verdade factual, e com um único e nítido sentido de obter votos. Isso é abuso de poder”, declarou.

Toffoli ainda associou a iniciativa a interesses eleitorais e afirmou que esse tipo de conduta pode levar à inelegibilidade, ao configurar abuso no uso de instrumentos institucionais.

“Quando surge um relatório aventureiro como esse, é uma tentativa de obter um voto conspurcado, porque ele é antidemocrático”, completou.

## Desgaste

O desgaste do Supremo se intensificou nos últimos meses com a exposição de informações que aproximam ministros do escândalo envolvendo o Banco Master e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro.

No caso de Toffoli, pesam questionamentos sobre transações envolvendo a empresa Maridt, da qual é sócio, e sua relação indireta com estruturas investigadas no esquema. O ministro nega irregularidades e afirma que todas as operações foram devidamente declaradas.



Luiz Silveira/STF

Gilmar: pedido de indiciamento era inconstitucional

As revelações também atingiram outros integrantes da Corte e passaram a alimentar pressões por maior transparência e até pela criação de um código de ética mais rigoroso para ministros do Supremo.

## Pesquisa mostra

A discussão em torno do relatório de Vieira ocorreu em meio a um cenário de desgaste público do Supremo, evidenciado por dados divulgados na terça-feira de pesquisa do Datafolha.

Segundo a pesquisa, 55% dos brasileiros afirmam ter conhecimento das suspeitas de ligação de ministros da Corte com o caso Banco Master e acreditam que há algum nível de envolvimento. Outros 10% dizem não saber avaliar, enquanto apenas 4% afirmam não acreditar em qualquer participação.

Na prática, quase 70% da população diz ter tomado conhecimento do tema — um indicativo do alcance e do impacto do caso no debate público.

na comissão. “Estamos chegando, de uma forma forçada, prematura, no último dia desta CPI (...) e com uma manobra nefasta de mudança de membros na hora da decisão.”

## Manobras

A votação final foi marcada por acusações de articulações políticas para barrar o relatório. Parlamentares da oposição alegaram que houve substituição de integrantes da comissão às vésperas da votação, o que teria alterado o resultado.

Girão também apontou que senadores que participaram ativamente dos trabalhos foram retirados da votação final, enquanto outros, que não acompanharam a CPI, foram incluídos no colegiado. “Entram nomes que nunca participaram desta CPI e que vêm hoje para votar.”

Apesar das críticas, o presidente da comissão, senador Fabiano Contarato (PT-ES), rebateu parte das acusações e defendeu a condução dos trabalhos, destacando que a CPI realizou 19 reuniões e analisou dezenas de requerimentos.

Mesmo com o volume de informações reunidas — mais de 180 requerimentos analisados e mais de 100 pedidos relacionados ao caso Banco Master — a CPI chegou ao fim sob críticas quanto ao tempo e à efetividade.

O prazo de funcionamento, de 120 dias, não foi prorrogado. Segundo o relatório, isso impediu a análise completa de documentos e a realização de oitivas consideradas essenciais.

Além disso, a ausência de personagens importantes fragilizou o resultado. O ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL), por exemplo, não compareceu à oitiva final alegando problemas de saúde, o que foi lamentado pelo relator.

Ainda assim, o relator Alessandro Vieira defendeu o trabalho da comissão e afirmou que o objetivo constitucional foi cumprido: investigar, produzir diagnóstico e apresentar soluções.

## TSE

No mesmo dia em que a CPI chegou ao seu desfecho, o ministro Nunes Marques foi eleito presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com posse prevista para o fim de maio.

Ele assume o comando da Corte eleitoral após o término do mandato da ministra Cármen Lúcia e terá gestão de dois anos. A escolha seguiu o critério de antiguidade entre ministros do STF que integram o TSE.